CELSON PINTO

Os ganhos com o piso maior

AUMENTAR o piso salarial nos Estados acima do aumento do salário-mínimo pode ser um instrumento importante de redução da pobreza, especialmente no setor privado. No caso do setor público também, desde que o custo fiscal seja absorvível, mas não é a melhor opção de gasto social.

MAS CONCLUSÕES são do economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Ele acabou de concluir um "Sistema de Monitoramento de Pisos Regionais", que procura avaliar diversos impactos da nova política para o mínimo, em discussão no Congresso.

NEM SEMPRE o que parece óbvio é correto na discussão sobre o mínimo. É verdade que aumentos no mínimo ampliam o número de trabalhadores que vão para a informalidade e tem algum impacto no emprego. Contudo, as pesquisas depois do forte aumento no mínimo em 95 mostram que o resultado líquido é positivo na redução da pobreza.

O AUMENTO de 95 reduziu em 10,5% o número de pobres nas seis regiões metro-

politanas só no mês em que foi decretado, beneficiando mais de 3 milhões de pessoas. Em parte, porque o mínimo não afeta apenas quem tem carteira assinada. Os dados mostram que os informais seguem ainda mais de perto aumentos no mínimo do que os formais. A informalidade serve mais para reduzir encargos do que para evitar aumentos.

HOJE, considerando os 13,4% de trabalhadores ocupados que ganham o mínimo ou têm salários ligados ao mínimo (prática ilegal, mas frequente), e os que ganham o mínimo no setor público, são 5,5 milhões de brasileiros. Um reajuste real de 10% do piso nos estados para trabalhadores privados (para R\$ 160) reduziria em 2,6% o nível da pobreza, beneficiando 1,1 milhão de pessoas. Isso supondo um impacto mínimo sobre o emprego. É claro que aumentos muito maiores poderiam afetar o emprego, além de ampliar a informalidade.

NO CASO do setor público, existem dois problemas: o impacto fiscal e a qualidade do gasto. A Previdência, diz Neri, reproduz a indecente estrutura de concentração de renda do país: 10% ficam com 48% dos benefícios. Faz sentido, portanto, aumentar mais quem ganha até um mínimo. Um aumento de 10% real aplicado a todos os aposentados, reduziria em 3% a pobreza, mas custaria mais 10%. Se ele se limitar aos aposentados que ganham um salário, a redução da pobreza continua forte (2,5%), mas a um custo muito menor (1,9%).

ELE ARGUMENTA, contudo, que esta não é a forma mais eficaz de lidar com o

problema. Os idosos têm uma renda duas vezes maior do que os com menos de 15 anos. Um programa de bolsa-escola, por exemplo, poderia atingir um público mais carente e da melhor forma, aprimorando a educação. Neri, aliás, tem uma sugestão ousada: que os Estados fixem pisos diferenciados para o setor privado, conforme o grau de escolaridade.

EM SUMA, ele acha que a idéia do piso regional faz todo sentido num país como o Brasil e pode ter um impacto positivo, desde que não resvale para a demagogia. E o que ele faria se fosse um governador? Esperaria para ver os impactos positivos e negativos dos Estados que saíssem na frente para tomar uma decisão mais segura.

As contas do BC

A DECISÃO do Banco Central de aplicar às suas contas critérios tão duros quanto os que exige dos bancos privados tem vários méritos. Ampliou em muito o tamanho do prejuízo de R\$ 13 bilhões em 99, mas deu mais credibilidade e transparência às contas patrimoniais do BC.

SÓ A INJEÇÃO de realismo nos prejuízos potenciais dos bancos privados quebrados, fez as provisões crescerem R\$ 3 bilhões, para R\$ 9,7 bilhões. Os bancos privados foram também os principais beneficiários do prejuízo líquido de R\$ 5,8 bilhões para o BC, na tentativa inútil de defender o real contra a desvalorização.

ENTRE OS BANCOS quebrados, o maior prejuízo relativo previsto é o do Crefisul de

Ricardo Mansur: o Governo já despejou R\$ 163 milhões e imagina perder mais R\$ 321 milhões. Dos três grandes quebrados, a melhor situação relativa é a do Econômico. A provisão para perda equivale só a 22% dos créditos a receber e todo o gasto com o Proer deve ser coberto ao final. O pior é o caso do Bamerindus, onde a provisão equivale a 44% dos créditos a receber, enquanto no Nacional equivale a 40%.

FOI INJETADA uma dose adicional de transparência, também, na conta das reservas cambiais. Ficou-se sabendo que as reservas ao final de 98 embutiam US\$ 4,293 bilhões em créditos a países (Polônia é o principal), com provisão para perda de US\$ 1,386 bilhão, ou 32% do total. No final de 99, os créditos a países caíram para US\$ 3,854 bilhões mas as provisões subiram para US\$ 1,566 bilhão, ou 40% do total.

MAIS REALISMO na avaliação patrimonial do BC ajuda a tornar mais claro o chamado déficit "quase fiscal" e a situação patrimonial do setor público como um todo, observa o presidente do BC, Armínio Fraga. Avaliar o país pela situação patrimonial e não só pelo déficit público dá uma dimensão intertemporal mais sólida (e preocupante, no caso do Brasil, como mostram estudos como o do economista Cláudio Haddad).

ESTA COLUNA É PUBLICADA SIMULTANEAMENTE COM A FOLHA DE S. PAULO

E-mail: CelPinto@uol.com.br